

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 1.º de abril de 2025 - Ata n.º 21.

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.ªs Deputados **Gugu Bueno** (1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **21.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta terça-feira. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofício: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 564/2025** do Tribunal de Justiça, encaminhando Projeto de Lei (autuado sob o n.º 182/2025) que altera o Anexo X da Lei n.º 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que reestrutura os quadros de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores.

Mensagem: (Encaminhada à Diretoria Legislativa para providências.) **Mensagem n.º 23/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Decreto Legislativo (autuado sob o n.º 3/2025) que homologa o Decreto n.º 9.371, de 31 de março de 2025, que introduz alterações no regulamento do ICMS, a fim de uniformizar as regras adotadas em âmbito nacional acerca do imposto, especificamente em relação ao crédito presumido utilizado em substituição ao estorno de débitos decorrentes de prestações de serviços de telecomunicações, para homologação por esta Assembleia Legislativa.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passando ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito: Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, hoje tivemos uma reunião com o Governador Ratinho Junior e quero dizer que fiquei muito animado, porque, pela primeira vez, ele falou abertamente, sem pedir segredo para ninguém, que está disposto de verdade a construir um projeto presidencial. Já é hora de o Estado do Paraná sonhar com a Presidência da República e tentar transformar esse sonho em realidade. Para isso, precisamos da união de todos os paranaenses, deixar de lado a autofagia, que por tanto tempo foi uma marca negativa, uma mancha no nosso Estado, e que hoje vemos cada vez menos estando presente nas relações políticas, após a pacificação feita pelo Governador, conseguindo inclusive fazer com que, aqui no Paraná, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Poder Executivo, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, o terceiro setor e a sociedade civil trabalhem com independência, respeito e harmonia, como preconiza a Constituição Federal. O Paraná teve uma única vez – até onde eu sei – a chance de ter um Presidente da República. Foi durante o Governo militar, na sucessão do Presidente General Ernesto Geisel. O então Governador Ney Braga, que foi um grande Governador do Paraná, era cotado para ser Presidente da República. O general Ernesto Geisel e

seu núcleo pensante acabaram tendo que optar pelo General Figueiredo, que era o Presidente do famigerado SNI – Serviço Nacional de informações. Ney Braga, que era o melhor quadro, o nome mais preparado, mais competente, acabou sendo preterido. Elio Gaspari, em cinco livros extraordinários que escreveu, ouvindo depoimentos do Ex-Presidente Geisel, de pessoas que foram presos políticos na ditadura, ouvindo depoimentos do General Golbery do Couto e Silva e de várias outras personalidades históricas, revelou que Figueiredo foi Presidente da República não pelo que sabia, mas pelo que ouvia, porque, como presidente do SNI – Serviço Nacional de Informações, ele tinha acesso a escutas que eram colocadas clandestinamente em todos os ambientes importantes da República e nos telefones de todas as personalidades políticas nacionais. Conta a história que Geisel se arrependeu amargamente até o fim da sua vida de ter escolhido Figueiredo e não Ney Braga para sucedê-lo na Presidência da República. Agora o Paraná, exibindo números extraordinários, volta a ter a chance de ter um Presidente. Ratinho Junior, um Governador jovem, trabalhador, humanista, com um pensamento inovador, moderno; um homem que não é dado a vinculações doutrinárias e ideológicas, um homem que pensa em política de resultados, com pragmatismo, com busca de realizações, se posiciona como pré-candidato à Presidência da República. Nós paranaenses precisamos ajudar a alavancar o nome de Ratinho Junior neste cenário nacional, começando aqui pelo nosso Estado, para que ele já largue forte do Paraná. Ele tem cerca de 80% de aprovação popular em praticamente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vossa Excelência vai usar o horário da Liderança?

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Prossigo, obrigado, Deputado Alexandre Curi. Muito grato. Prossigo utilizando o Horário da Liderança do União Brasil. O Governador Ratinho Junior tem todas as condições para pleitear a Presidência da República: está filiado a um partido grande, um partido que tem uma bancada forte na Câmara Federal e no Senado da República; é uma pessoa que se comunica bem, tem carisma; tem a ficha limpa, não tem nenhuma mancha

na sua carreira política; não tem rejeição – em eleições majoritárias, no segundo turno, a rejeição muitas vezes é mais importante do que a popularidade, a rejeição define a eleição! Candidaturas de segundo turno com alta rejeição dificilmente saem vitoriosas. Ratinho Junior praticamente não tem rejeição. E tem, mais importante, senhoras e senhores, números muito positivos para exibir no Governo do Paraná. Quando começamos o nosso Governo – falo nosso porque eu era Secretário de Justiça, Família e Trabalho no primeiro mandato dele –, o Paraná era a segunda maior economia do Sul do Brasil. Já quando terminamos o primeiro Governo Ratinho Junior, o Paraná havia se consolidado como a primeira economia do Sul do Brasil, ultrapassando o Rio Grande do Sul, um acontecimento histórico que foi pouco divulgado e pouco comemorado. Ainda no primeiro Governo Ratinho Junior, conseguimos colocar o Paraná em primeiro lugar do Brasil na geração de empregos com carteira assinada, através das Agências do Trabalhador. E o senhor sabe, Deputado, que emprego...

Deputado Ademar Traiano (PSD): Deputado Ney, na sequência me concede um aparte?

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): ... emprego com carteira assinada é o melhor de todos os programas sociais, porque garante ao trabalhador a liberdade, a independência e as condições para colocar o leite, o arroz, o feijão, o pão na sua mesa. O Paraná avançou na empregabilidade durante o Governo Ratinho Junior, claro que graças também não apenas aos programas de qualificação profissional, mas também às parcerias com os empresários. Nós estamos vendo um governo que traz empresas para o Paraná e um governo que não fica atrapalhando as empresas do Estado, porque tem governos por aí que atrapalham o empresariado. Quando o governo não atrapalha, deixa as empresas livres para poderem produzir e prosperar, já é um grande efeito. Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSD): Deputado Ney, V.Ex.^a faz um belo pronunciamento, fez um arrazoado histórico dos Ex-Presidentes, como chegaram,

e entendo que o Paraná jamais viveu um momento tão histórico como este, com a possibilidade real de termos, para participar do processo eleitoral do ano que vem, um nome que desponta hoje no cenário nacional como o nosso Governador Ratinho Junior, pela sua capacidade principalmente de fazer com que todas as forças políticas deste Estado caminhem no mesmo sentido. E entendo que temos que acabar com o autofagismo e pensar que o Paraná é muito maior do que as pequenas disputas eleitorais, e tendo essa oportunidade única de ter um Presidente da República da envergadura, da capacidade do nosso Governador, um jovem visionário, que se destaca no cenário nacional não apenas pela sua gestão e popularidade, mas pelos indicadores que o Estado vem alcançando e alcançando em todas as áreas: educação, social, saúde. E hoje, com o lançamento deste programa fantástico, através da Secretaria do Secretário Carboni, que vai atingir as nossas crianças, é mais um programa e um projeto inovador que fará com que o nosso Governador se insira no cenário nacional com mais um grande projeto que vai ganhar corpo nacionalmente. Parabéns pela sua fala.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Obrigado, Deputado. Só para que as pessoas que estão nos acompanhando possam ter ideia, o Paraná... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Moraes – União): Para concluir, Deputado Ney.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Obrigado, Deputado Mauro. Só para que tenham ideia, o Paraná investiu, em 2024, R\$ 9 bilhões na área da saúde, o que representa 12,15% em relação a 2023. Na área da educação, Deputado Mauro Moraes, o Paraná manteve a liderança nacional no ensino médio e fundamental, com nota do ensino médio subindo de 4,8 para 4,9 entre 2021 e 2023. E o Paraná investiu na segurança pública, no ano passado, R\$ 6,49 bilhões, reduzindo em 77% o roubo de bancos, 64% o roubo de cargas, 30% o roubo de veículos, 29,5% redução... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Moraes – União): Um minuto para concluir, senhor.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): ... 13% a redução no furto de veículos, 11% em tentativas de homicídios e 8,8% em homicídios dolosos. Ou seja, o Governador Ratinho Junior já está com o seu nome inscrito na História dos grandes governadores do Paraná, ao lado de Ney Braga, Bento Munhoz da Rocha, Jayme Canet e Paulo Pimentel. Queremos tê-lo candidato a Presidente da República porque chegou a hora de o Paraná dar a sua contribuição ao Brasil, e mostrar para toda classe política deste País o que é gestão... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Moraes – União): Obrigado. Com a palavra, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhoras e senhores Deputados, hoje é o Dia da Mentira e nenhum dia poderia ser mais simbólico para marcar o triste aniversário do Golpe Militar de 1964. Foi em um dia como hoje que militares tomaram o poder no Brasil, instaurando um dos períodos mais sombrios e violentos da nossa História. Os números falam por si. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, foram 434 pessoas mortas e desaparecidas, 8 mil 350 indígenas assassinados, mais de 20 mil pessoas torturadas. Imaginem, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, do dia para a noite, Presidente Traiano, esta Casa ser destituída e termos nossos mandatos cassados, sem qualquer justificativa, como foi com Rubens Paiva ou Waldemar Daros – que dá nome a este Plenário –, como foi com Walter Pecóits, que foi torturado e ficou cego de um olho. Subo a esta tribuna hoje para lembrar que um golpe contra a democracia é sempre um crime contra o povo brasileiro. E por muito pouco esse crime não se repetiu em tragédia no 8 de janeiro de 2023. Há quem tente minimizar o que aconteceu, argumentando que não houve mortes nessa tentativa de golpe, mas eu pergunto: no dia 31 de março de 1964, houve alguma morte? Não! E quantas vieram depois, quantas famílias destruídas, quantos sonhos interrompidos? A História

nos ensina, Deputados e Deputadas, e cabe a nós garantir que esse passado nunca se repita. Ditadura nunca mais, sem anistia para golpistas e viva a democracia!

SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Moraes – União): Com a palavra, Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná neste momento. Cumprimento o Líder do Governo, cumprimento o Líder da Oposição, cumprimento os caros colegas Deputados Estaduais, cumprimento a imprensa, cumprimento as pessoas que assistem hoje aqui a esta Sessão Legislativa; cumprimento você, cidadão de bem, cidadão honesto que me assiste através da *TV Assembleia*. Senhores, vou fazer uma denúncia extremamente grave neste momento. Estive ontem na Comissão de Fiscalização presidida pelo Deputado Rangel, que está aqui a minha frente. Estava lá o Deputado Leônidas. E o objeto dessa Comissão, que é uma Comissão oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, era apurar questões relativas a compra e venda de combustíveis e absurdos, como aquele que estamos vendo no nosso cotidiano, quando no interior o combustível muitas vezes custa R\$ 1,00 a menos – que no Paraná é uma média de R\$ 6,99, quando no interior é mais ou menos R\$ 5,99. Questões essas à parte, recebemos então o Presidente da Paranapetro, Sr. Paulo Fernando, que nos atendeu muito bem e trouxe muitas explicações. Mas uma das explicações, Deputado Rangel, eu fiquei perplexo, porque disse ele – o Presidente da Paranapetro, que foi o Presidente da antiga Sindicombustíveis – que organizações criminosas estão atuando na compra, venda e distribuição de combustíveis aqui no Estado do Paraná. Se vocês têm alguma dúvida vou repetir: organizações criminosas estão atuando, Sr. Presidente, na compra, venda e distribuição de combustíveis aqui no Estado do Paraná. E disse isso, Deputado Rangel, frente a nós, que somos Deputados Estaduais e que somos fiscais da lei. Temos como função legislar, mas também fiscalizar o que está acontecendo aqui no Estado do Paraná. Trouxe ele essa informação, então, significa o quê? Que

PCC, Comando Vermelho, Máfia Paranaense e outras organizações criminosas estariam atuando aqui no Estado do Paraná. Nós temos que agir, Deputado Rangel! Por quê? Porque nós não temos medo. Nós fomos eleitos pela sociedade paranaense e o instrumento para nós apurarmos isso, Deputado Rangel, tem três letras: CPI. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos e, se necessário for, pedir a prisão preventiva, a prisão temporária desses criminosos. Recebi informalmente, por rede social, informações de que algumas redes são comandadas pelo PCC – Primeiro Comando da Capital de São Paulo, aqui no Paraná. Aqui não vão se criar, aqui tem lei e tem ordem, e tem Deputados que não vão aceitar isso. Por isso, peço a V.Ex.^{as} que estudem a possibilidade de instaurarmos uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, porque o que foi trazido, Deputado Rangel, pelo Presidente da Parana Petro, em um ato oficial, é muito grave. E não vamos prevaricar porque não temos medo. O senhor quer um aparte?

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Gostaria muito, Deputado. Não sei se posso apartear-lo no Pequeno Expediente.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Fique à vontade.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Primeiro, parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Tito. Tenho permissão? Ok. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Moraes – UNIÃO): Só um minutinho. Não cabe aparte no Pequeno Expediente, Deputado Marcelo.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Então, inscrevo-me no Pequeno Expediente também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Moraes – UNIÃO): Mas vou estender mais cinco, se o Deputado quiser. Vou estender mais cinco, no Horário da Liderança, que ele pode usar, porque eu não falei hoje. Daí você pode fazer teu aparte, está bom?

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Pela Liderança, posso apartear-lo?

SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Moraes – UNIÃO): Se o Tito Barichello quiser. Mas pode se inscrever no Pequeno Expediente ainda e falar, Marcelo.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Então, inscrevo-me no Pequeno Expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Moraes – UNIÃO): Então, está bom. Obrigado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Perfeito. Peço que o tempo seja restituído em virtude do imbróglio que nós mesmos, infelizmente, sem querer acabamos causando. Obrigado. O caso é gravíssimo e não vamos prevaricar, porque o art. 319, do Código Penal, trata da prevaricação, que é o crime contra a administração pública, quando pessoas que têm que agir... Agentes públicos deixam de agir. E nós aqui não vamos prevaricar. Eu não vou praticar o crime do art. 319. O Deputado Rangel também não vai. E, tenho certeza, que V.Ex.^{as} também não vão. Então, pedimos o apoio para que o Paraná não se torne um antro de organizações criminosas tomando conta da compra, venda e distribuição de combustíveis. Senhores, isso foi dito em uma Sessão oficial de uma Comissão de Fiscalização, que é ato oficial desta Assembleia Legislativa. Isso está gravado nos Anais desta Casa. Então, precisamos agir sim. CPI já! Vamos conversar e vamos implementar esse instrumento para trazer a legalidade para proteger o povo paranaense. Vocês contem comigo, porque o medo não faz parte do meu vocabulário. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Moraes – União): Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas, Deputados, todos que nos acompanham aqui na *TV Assembleia*, ontem fiz um comentário aqui a respeito do Programa *Pé-de-Meia*, onde já tem várias

denúncias que têm mais dinheiro sendo entregue em lugar que não tem tanto estudante. Olha só, “*Pé-de-Meia, cidades da Bahia, Pará e Minas Gerais têm mais gente recebendo benefício do que aluno matriculado*”. Quando falo que todo programa que o PT faz há fraude, tem gente que reclama. Mas é impressionante, onde eles põem a mão, tem fraude. Bahia, você sabe quem governa lá, é o PT. Olha que loucura: em outras 15 cidades há mais 90% dos alunos com a bolsa. Enfim, tem cidade que tem mil alunos e tem 1mil 500 alunos recebendo o *Pé-de-Meia*. É inacreditável isso. Ontem falei aqui, aí a Deputada Luciana Rafagnin ficou chateada de ouvir, porque eles não gostam muito de ouvir a verdade, ficam chateados de ouvir a verdade. Mas o que queremos aqui é que o dinheiro público seja, realmente, entregue da maneira correta, sem corrupção. Mas com o Governo Lula no poder é impossível isso, porque, toda vez que esse sujeito foi Presidente, houve fraudes trilionárias no nosso país. Tanto é que ele foi lá condenado, investigado, julgado, condenado por vários crimes como chefe da quadrilha do maior sistema de corrupção no nosso Brasil. E tudo voltou. Hoje em dia está igual ou pior, porque hoje não tem Lava-Jato, não tem Supremo, está todo mundo junto e misturado. Hoje vale tudo. E o pior, quando falamos isso, as pessoas da esquerda ficam bravas. Dizem, a narrativa deles mentirosa, que o Brasil está indo muito bem, obrigado. Se está indo bem o Brasil, por que a imagem do Lula derreteu no Brasil inteiro? Pega aí a aceitação dele, virou pó. Ninguém mais quer. Hoje o pessoal “*Volta, Bolsonaro, pelo amor de Deus*”, é o grito do povo. Bolsonaro, mesmo inelegível, sem cargo nenhum, já abriu mais de 12 pontos. Se a eleição fosse hoje, Bolsonaro ganhava no primeiro turno do Lula. Isso mostra o péssimo Governo que ele vem fazendo no nosso Brasil, destruindo a economia, destruindo as perspectivas de futuro do nosso Brasil, do povo brasileiro. E gostaria de ouvir agora o seguinte: Bolsonaro foi lá, investigado, as manchetes no jornal, principalmente na *Rede Globo* denunciando os crimes do Bolsonaro: perturbação de baleia, caiu por terra; compra de imóveis, caiu por terra; compra das joias, que criticaram, chamaram ele de bandido, que roubou joia, caiu por terra; carteirinha de vacinação, foi onde iniciou o processo criminal contra o Bolsonaro, foi arquivado. Eu não vi ainda a grande mídia, principalmente a *Rede Globo*, explicar

isso para a população, dar a mesma ênfase que eles deram quando foi para criticar e tentar denegrir a imagem do Presidente Bolsonaro, que acho que é o único Presidente honesto que o Brasil já teve. Mas não, eles vão ficar quietinhos, não vão falar nada. Mas está aí tudo arquivado. Só falta arquivar esse – mais essa – processo tendencioso, mentiroso de inventarem um tal de golpe no lugar que não houve golpe. Se alguém aqui, ou quem me assiste achar algum lugar do mundo que houve um golpe de Estado sem forças armadas, sem fuzil, sem tanque de guerra na rua, apresente. Apresente, porque não tem. Porque vocês da esquerda sabem que isso é uma grande mentira, uma grande farsa que estão tentando armar e cada dia está ficando mais fraco esse argumento. Não há uma prova sequer. A única prova que eles têm é uma delação premiada – foram feitas nove delações. Como disse o Ministro Fux, essa delação não vale nada. Se a delação não vale nada, então não há prova nenhuma. Então, esse processo tem que ser arquivado. Chega de tentar enganar o povo brasileiro. Lula, vai trabalhar, pare de roubar... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para terminar, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Um minuto para concluir. Então, o que quero dizer aqui é o seguinte, Bolsonaro lidera as pesquisas. Temos um outro nome forte no Brasil, que é o nome do nosso Governador Ratinho Junior, que vem fazendo um excelente trabalho aqui no Paraná, outro nome forte e que, na pesquisa, caso o Bolsonaro não venha, ganha do Lula também. Michele Bolsonaro ganha do Lula também. É isso, gente. O povo acordou. Hoje sabemos quem é quem. Sabemos o que muitos já sabiam, que o Lula não passa de um incompetente, irresponsável e o maior ladrão do nosso Brasil. Muito obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Marcelo Rangel.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Deputada Francischini, nossa Presidente, Deputado Gugu Bueno, Deputada Maria Victoria, Sr.^s Parlamentares

uma ótima tarde. Estou subindo aqui à tribuna porque realmente o que o Deputado Tito Barichello trouxe ao debate aqui na Assembleia Legislativa é de extrema importância e preocupação por todos os paranaenses e por todos os Parlamentares. Ontem, durante a Comissão de Fiscalização, ouvimos o presidente da Paranapetro, Dr. Paulo, com todas as letras, falou realmente sobre os problemas que estamos enfrentando com relação às disparidades de valores entre postos de combustíveis em determinadas situações. De uma cidade para a outra, o litro de gasolina pode variar acima de R\$ 1,00 a R\$ 1,50. Foi falado, juntamente com o Procon, a Sr.^a Claudia – que representa o Procon do Estado do Paraná esteve presente também na Comissão de Fiscalização –, de que é um sistema muito complexo o cálculo para se fazer o preço final de cada litro de combustível em postos. Mas o que mais nos preocupou e o que mais nos chamou a atenção foi o que realmente o Deputado Tito trouxe aqui ao Plenário, a esta tribuna. Porque, com todas as letras, foi dito pelo Presidente da Paranapetro que o crime organizado infelizmente está presente no dia a dia dos paranaenses, principalmente no comando de diversas redes de postos de combustíveis. Isso foi dito realmente numa Sessão oficial e é claro que os Deputados, os Parlamentares – que são fiscalizadores – têm o dever de ir a fundo nessa fiscalização. Por isso, Deputado Tito Barichello, como Presidente da Comissão de Fiscalização estou encaminhando os devidos requerimentos e pedidos ao Ministério Público, à Polícia, ao Gaeco para que façam também uma investigação sobre esse tema, baseado no que foi dito nessa Comissão de Fiscalização. E, sem dúvida nenhuma, o senhor pode contar comigo para qualquer propositura, se for necessário, para que possamos avançar nas investigações, para que possamos avançar em um debate com os demais Parlamentares sobre a possibilidade de estarmos nos tornando reféns do crime organizado nessa área de combustíveis. Sem dúvida nenhuma é um tema muito espinhoso, sem dúvida nenhuma é um tema muito preocupante. Temos que acompanhar o sistema legal, legislativo sobre as composições de Comissões Parlamentares de Inquérito, parece-me que temos hoje cinco comissões em aberto, Deputado Leônidas. Então temos que acompanhar como se pode proceder com relação à abertura de comissões

processantes. Porém, a Comissão de Fiscalização está à disposição de todos os Parlamentares, não somente dos membros titulares, mas também dos demais Parlamentares para que possamos aprofundar essa denúncia extremamente grave que ocorreu de maneira oficial ontem aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Então podem contar comigo, Deputado Tito, Deputado Leônidas – que estava presente também – porque, sem dúvida nenhuma, não podemos ficar inertes depois de uma denúncia tão grave. Por isso o Ministério Público já será o primeiro a ser acionado, imediatamente, por conta dessa denúncia que foi feita ontem na Comissão de Fiscalização. Era isso, muito obrigado, Sr.^s Parlamentares.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Passamos ao Horário das Lideranças. Próximo orador: Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhora Presidente, Deputada Flávia Francischini, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados. Por primeiro quero, publicamente, agradecer a manifestação feita pelo Deputado Ney Leprevost, que é Deputado que integra a Bancada do União Brasil e que, publicamente aqui manifestou apoio à candidatura – rumo à pré-candidatura ou uma possibilidade de candidatura – daquele que temos identificado como o melhor quadro para poder dirigir este País, que é o Governador Ratinho Junior. O Governador tem feito um governo exemplar, tanto de gestão quanto da elaboração e execução de políticas públicas que promovem a inclusão social e o desenvolvimento econômico do Paraná. O Paraná é um estado que tem se modernizado do ponto de vista da sua gestão e nós estamos vivendo os melhores momentos do nosso Estado inclusive com esse ambiente, extremamente favorável, que foi criado para justamente promover o desenvolvimento. Então, agradeço, Deputado Ney, pela lembrança e, em nome da Bancada do PSD, só posso agradecê-lo por essa manifestação tão importante. Porque chegou a hora de nós, paranaenses, termos coragem de ter uma candidatura viável, Deputado Rangel, à Presidência da República. O Governador Ratinho Junior está preparado, tem que correr o Brasil mesmo para poder buscar e angariar apoios dentro do nosso Partido, PSD, e o Paraná tem que

vencer a sua timidez e a sua autofagia. O Brasil precisa de líderes modernos, que fujam dessa polarização, desse debate de esquerda e direita, que busquem construir soluções para o nosso País. E o Governador tem, justamente, essa característica de dialogar e construir boas soluções. Mas vim à tribuna hoje para poder falar de uma Audiência Pública que realizaremos aqui, nesta Casa, no próximo dia 15 de abril, de um tema muito importante, de um Projeto de Lei que eu apresentei recentemente, o Projeto de Lei n.º 110/2025, mas que também já havia um projeto anteriormente apresentado aqui – não identificava no sistema, mas de 2023 –com o mesmo teor, de autoria do Deputado Alexandre Curi e demais Deputados. O Projeto, na verdade, busca encontrar uma solução melhor para os 28 mil produtores de tabaco em nosso Estado. O Rio Grande do Sul fez uma Lei e essa Lei hoje já é respeitada, que obriga todas as empresas que comercializam ou industrializam o fumo, ou o tabaco, no âmbito do território – no caso do Rio Grande do Sul e do nosso Paraná –, ficam obrigadas a realizar a classificação da folha do tabaco nas propriedades dos agricultores ainda no ato, no momento, da aquisição. Porque o que tem acontecido? O produtor rural faz todo o processo de plantio, do cultivo, depois de todo o tratamento da folha, aí ele põe lá cinco, seis toneladas, leva na empresa, na fumageira, chega lá e é classificado com menor – do ponto de vista de resultado econômico para o agricultor. Queremos que essa classificação seja feita na propriedade. São 28 mil famílias no Paraná que plantam fumo e nós vamos fazer, enfim, uma Audiência Pública porque, como disse, havia um Projeto também anterior que se soma a este nosso, vamos fazer uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa no próximo dia 15 de abril, que é uma quarta-feira, às 9 horas da manhã, no Plenarinho. Queremos convidar a participação de todas as Deputadas e Deputados, inclusive que assinem como coautores o Projeto de Lei, queremos uma ampla participação desta Casa. A audiência pública é para discutir aspectos operacionais em relação a essa dinâmica, inclusive estamos em contato com os fumicultores do Rio Grande do Sul para ver como esse tema está sendo tratado, para que nós possamos avançar nesse tema. E quero, antes de encerrar essa minha fala, poder agradecer a duas lideranças – três, na verdade –do município de Guamiranga: o Vice-Prefeito Igor, o

nosso Presidente da Câmara, Thiago Mizel, e o ex-vereador Dinho, foram eles que me propuseram que pudéssemos ter uma Lei que avançasse nesse tema. Aliás, Deputado Rangel – parceiro da gente, conhece bem a região, sabe do desafio –, temos que apoiar os nossos fumicultores. Essa Audiência Pública é importante porque ela nos balizará do ponto de ajustes que precisam ser feitos no texto da Lei, e percebo que há um grande engajamento. Então é fundamental que todos os municípios que integram a região, que é produtora de fumo no Estado do Paraná, tenham representantes aqui participando. Convoco aqui os Presidentes dos Sindicatos Rurais Patronais desses municípios: mandem representações aqui a esta Audiência Pública, que é muito importante ouvir o relato de cada uma, da experiência de como está se vivendo dessa relação com as empresas fumageiras. E, ao mesmo tempo, cumprimentar todos os Deputados e Deputadas, o Deputado Alexandre Curi, que foi o primeiro proponente da Lei e, com o apoio de todos e todas aqui, certamente vamos aprovar a Lei. Uma Lei que atende ao interesse da fumicultura do Estado do Paraná. Porque estamos do lado justamente do produtor rural que precisa do apoio.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Deputado Romanelli, permite um aparte?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Pois não.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Muito rapidamente, porque tenho um verdadeiro prazer, uma honra de poder reconhecer o seu trabalho neste Projeto, Deputado Romanelli. Por onde ando – sou da região dos Campos Gerais –, sei da importância da envergadura, deste Projeto. Precisamos dessa aprovação. E o quanto isso pode ajudar milhares de famílias, trabalhadores, que muitas vezes sofrem na mão das grandes corporações e com isso estaremos normatizando. Quero apoiá-lo, sei que é um trabalho muito grande que o senhor realizou, a respeito deste Projeto, para resgatar esta oportunidade de apreciarmos novamente. Mas vou ter a honra de poder votar a favor do seu Projeto, Deputado Romanelli. Parabéns, pela iniciativa. Parabéns, a todos os produtores de fumo do Paraná.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Agradeço muito, Deputado Rangel. Quero convidá-lo a ser coautor do projeto também, V.Ex.^a tão empenhado no tema. Agradecer também ao nosso querido Deputado, Líder do Governo nesta Casa, Hussein Bakri, que, aliás, veio à tribuna para falar sobre esse tema, Deputado Hussein, extremamente, importante. Sabemos que V.Ex.^a que é deputado da região, como o Deputado Rangel, conhecem as dificuldades. Sabemos que enfrentar o poder econômico das fumageiras não é uma tarefa simples, não. Sabemos do tamanho do desafio. Por isso que é necessária muita união, porque certamente os lobistas vão correr os corredores da Assembleia, visitando gabinetes, para impedir que esta Lei seja aprovada. Mas esta Lei beneficia o produtor rural que produz tabaco, porque a empresa fumageira vai ser obrigada a fazer a classificação e estabelecer o preço no ato da aquisição na propriedade e não quando estiver já no depósito dela na área de recebimento, quando ela paga o preço que quiser. Então, o agricultor só vai liberar a produção dele se tiver concordância com o preço que está sendo estabelecido e, principalmente, a classificação da folha do fumo. Era isso, muito obrigado a todas e todos.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Democracia no Brasil está sob ataque e tomou caráter popular. O povo hoje atenta contra a democracia, parcelas cada vez maiores, incluindo aqueles mais pobres nas áreas de insegurança, de abandono, de superexploração do Estado, do mercado, das igrejas – muitas delas sabemos –, da criminalidade e de todos que tentam cada vez mais espoliar os mais fracos. Eles, nós, o povo, que estranhamente não está nesta Assembleia, nos rostos que foram tratados a Johnson & Johnson, Babysec, escolas particulares, carros de luxo, sistema de saúde dos mais caros, segurança privada, casas, mansões. Pessoas a quem falta experiência de vida e que, por isso, são sempre prepotentes, acham-se donos da razão, não porque sabem, mas porque obrigam o outro a concordar. São mais fortes, enxergam o mundo do alto e o povo embaixo

dos seus pés. Acostumados, portanto, a serem prepotentes. O povo observa essa democracia e reprova, diz não, corretamente, porque ela é uma democracia insuficiente, viciada, como a criança mimada que vê a empregada trabalhando e ainda assim pede mais. Pede, além de sujeição, pede subserviência; *Se me serve por que também não posso montar nas costas dela?* Assim pensam as crianças mimadas que hoje regem a Nação. Democracia, o povo já está de *saco cheio* dessa democracia contaminada pelo vírus mortal da cobiça. Coronéis! Coronéis jogam sozinhos no tabuleiro do mundo o jogo da democracia e dividem as fichas a seu bel-prazer. *Renato, o que você conhece de coronéis?* Infelizmente, muito. O meu avô, pai da minha mãe, no sertão da Paraíba, em São José de Princesa – Chico Bode era o apelido de Francisco Ferreira. Chico Bode matava, desossava, estripava, vendia bodes. Em determinado momento, no amargor da seca, da miséria, da frustração, foi fraco de espírito, se rendeu e passou a matar pessoas. Jagunço matador de pessoas a mando e a soldo dos coronéis que dominavam as vilas, os vilarejos, as cidades, a política e faziam a sua milícia particular de jagunços. Como o Governador faz hoje com a sua Polícia, quando autoriza que a *banda podre* da Polícia, os assassinos de farda, sejam tão expressivos em números, em força de armas, em força econômica e em força política, apenas porque servem aos coronéis. Os coronéis fazem vista grossa porque acreditam que os jagunços, a milícia, estão na coleira. Mas, cada vez mais, como em Londrina, saem da coleira, mordem inocentes, crianças, idosos. Mordem com a fúria e com a raiva de um cão que foi maltratado pela hierarquia e pela disciplina, amarrado, torturado, em treinamentos desumanos – e saem para a rua e mordem. O que fazem os coronéis aqui nesta Casa? Nada! Talvez, um pouco de ração ao fim do dia, como premiação aos que matam pelas costas. E, àqueles que são mortos, uma corrente nos pés, uma fita na boca para que não falem, às vezes uma bexiga na cabeça para que falem. Tudo isso por gosto, tudo isso pelo prazer, tudo isso pela cobiça dos coronéis. Eu digo e repito: vidas humanas estão sendo desperdiçadas pela política dos bem-nascidos, dos que nasceram e da vida só conheceram os afagos. Eu conheci o luto, a morte, as cicatrizes, a miséria. Deputada Ana Júlia, digo a você, que é da minha bancada de partido: estive – e

imagine você a experiência – em uma madrugada com a minha mãe imigrante, afro-descendente da Paraíba, no Sul, sem um provedor, um homem, um companheiro, alguém para ajudar, com três filhos, fugindo, porque o aluguel já tinha vencido há tempo, e o dono já cobrava com mais energia e violência. A kombi da cesta-básica... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Renato, um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... da outra vila ia lá também fazer a cobrança. Minha mãe trabalhava em casa de família ali mesmo na região por comida, macarrão, óleo, um trocado. Desespero, falta de esperança, e saímos em uma madrugada em um caminhão emprestado, com as poucas mudanças, para lugar nenhum, para a favela da Perdizes no Atuba. Veja, a minha luta contra o sistema não é porque aprendi nas universidades, não é porque li no livro, não é porque me organizei no Partido, com todo respeito, a minha luta é caso particular, eu sei do que o sistema é capaz de fazer.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito, pela Liderança da Oposição: Deputado Arilson Chiorato. Deputado Arilson, apenas para anunciar a presença da Vereadora de Palmas, a Sr.^a Daniela Verona Bahls, e da Vereadora de Capanema, Sr.^a Edna Aparecida Tavares, por solicitação do Deputado Traiano; e do Prefeito de Quatro Pontes, o Sr. Canela, por solicitação do Deputado Hussein Bakri. Com a palavra, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Hoje, 1.º de abril, Dia da Mentira. Rezo bastante e torço bastante para que sejam apenas mentiras algumas coisas que levantam atualmente sobre o Governo do Estado do Paraná. Eu venho aqui novamente a essa tribuna falar da Fapec – Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura do Mato Grosso do Sul, que tem um contrato de R\$ 38 milhões com a Casa Civil do Governo do Estado. Pesquisando a empresa, eu descobri nesse final de semana que não são só R\$ 38 milhões, e sim R\$ 133 milhões sem contratos, sem licitação, que perpassam por outros órgãos do Governo para além

da Casa Civil. Mas eu vou me ater aqui hoje a esse contrato de R\$ 38 milhões que a Casa Civil fez sem licitação, que na minha opinião é ilegal pelo objeto contratado, com falta de transparência, porque foi ocultado do mecanismo de fiscalização da época as informações em tempo real, e também que podem levar ao mau uso do dinheiro público, o risco de mau uso na verdade. A Casa Civil contratou essa Fundação sul-matogrossense para fazer o projeto CIG-PR – Centro Integrado de Gestão e Governança. E de imediato levantamos uma dúvida: por que uma Fundação do Mato Grosso do Sul, sendo que o Estado do Paraná tem várias fundações nas suas universidades estaduais, da UEL, da UEM, da Unespar, espalhada a cada cem quilômetros de extensão por universidades públicas que poderiam fazer isso? Esse é um primeiro ponto. O segundo é a modalidade de dispensa de licitação. Uma Fundação que não tem o notório saber, tem outras que têm notório saber que necessitariam de ter a licitação. Para além disso, essa Fundação teve acesso a dados sensíveis do Paraná via Celepar, dados da educação, dados da segurança pública, dados da saúde, o que é uma aberração à LGPD. E nós hoje da Oposição vamos propor um Decreto Legislativo para suspender o artigo da Lei que dá esse acesso. Além de ilegal, é imoral. E esse processo da Fapec nos deixa com muitas preocupações. Tenho recebido de várias formas perguntas, denúncias sobre esse processo, e hoje vou me dirigir aqui exatamente à Casa Civil. Eu fiz o pedido na semana passada, estou no aguardo dos documentos, tem o tempo hábil para o Governo me responder. Mas eu quero saber do Governo do Estado se é verdade, Presidente Alexandre Curi, se é verdade que existem parentes de pessoas da Casa Civil empregadas na Fapec; se é verdade que tem familiares de altos cargos da Casa Civil nomeados em cargos públicos; e se é verdade que existem políticos, ex-mandatários, recebendo alguma coisa da Fapec. Estou fazendo um questionamento, não estou acusando, quero receber as informações para não ser injusto, caso não seja verdadeiro o que eu estou colocando aqui. Mas como Parlamentar, eu sou obrigado a fiscalizar, pedir informações, porque esse projeto, com todo respeito, Deputado Hussein, ao Governo do Estado – não é uma crítica destrutiva, mas sim construtiva o que eu falei aqui agora – o projeto tem o objeto de trabalhar por mais

transparência, mas é contratado sem licitação, sem debate com a sociedade civil. E aí fica a pergunta: onde está o *compliance* do Governo do Estado? Onde estão os mecanismos que o Governo faz tanta propaganda que existem, que não conseguiu detectar tamanhas informações? Nós estamos falando de um contrato de R\$ 38 milhões, mas eu vou falar mais adiante de outros contratos. E tem contratos que nos deixam preocupados, tem contrato feito em setembro de 2022. “Ah, mas o que tem setembro de 2022?” Setembro de 2022 é o mês que antecede o período eleitoral da campanha de 2022 para Governo do Estado. “Você está afirmando alguma coisa?” Não, estou questionando. Estou questionando porque essas modalidades sem licitação, com dispensa para casos peculiares, por notório saber, elas existem, mas, olhem só, foi dispensa em quatro ocasiões para quatro órgãos distintos do Governo. Como se dá esse processo? Também tenho informações e também fiz um Requerimento sobre isso, que o Tribunal de Contas do Estado recebeu uma denúncia por escrito de empresas de São Paulo denunciando a situação. Também há uma denúncia na Controladoria do Estado falando do contrato de R\$ 38 milhões envolvendo três pessoas do alto escalão do Governo do Paraná. E estamos aqui pedindo cópia, pedindo informações de todo esse processo, uma vez que deixa a sociedade curiosa, por serem valores altos, por não ter licitação, por ser uma empresa sul-mato-grossense... Não que somos *bairristas*, não é isso, é que o Paraná tem fundações com todas as condições técnicas e viáveis de ter executado também o serviço. Mas o que estou perguntando e quero respostas é quanto, hoje, a nomeações de familiares na Fapec, ex-políticos e agentes recebendo da Fapec, ou nomeações de direção desse órgão da Casa Civil em outros cargos no Estado, de seus familiares, se isso é verdade. Então, toda vez, Deputado Hussein, que estivermos aqui é no sentido de fiscalizar, de perguntar, de tentar obter informações para não fazer sensacionalismo. Porque não sou um Deputado que gosta de sensacionalismo. Temos que ter prudência, porque estamos falando aqui de um dos principais órgãos do Governo, de pessoas e da forma contratual, que, ao longo do tempo – vou falar outros dias aqui também da Fapec – pelo jeito virou uma prática em outros setores do Estado. E precisamos ter de verdade uma postura do Governo

sobre isso! É uma modalidade, estou levantando dados da Fapec para ver se ela tem tanta capacidade técnica, de notório saber, que tem tanta capacidade de entendimento do Paraná e de processos de gestão etc. em áreas tão distintas como a Casa Civil, a Governança e a Educação ao mesmo tempo, para se ter tanta dispensa! Claro que vamos aguardar a resposta do Governo, para poder analisar e seguir o caso Fapec, que pode ter mais desdobramentos. E convido todos que estão nos acompanhando e todos os Deputados e Deputadas aqui a nos concentrarmos um pouquinho nisto, porque de fato, comprovadas as irregularidades que possam haver, é um caminho; se é só um erro de vício formal de contratação, é outro caminho. Então, fica aqui esta discussão entre o que pode ser legal e ilegal, entre o que é moral e não é moral e entre o possível desvio de finalidade que possa ter ocorrido nesses contratos do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito, pela Liderança do Governo: Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Olá, pessoal. Boa tarde. Tudo bem? O Deputado Arilson, Romanelli, sempre equilibrado, faz o seu papel dentro da normalidade. E aqui, na Liderança do Governo, aposentamos um pouco o velho e bom trator, está no canto ali, para que possamos, em algum momento, se tiver que usar, vamos usar, mas não é o nosso desejo. Não é, Romanelli? Tenho saudades dele. Muita! Mas quero dizer o seguinte: que enquanto o Deputado Arilson falava, eu recebi no meu celular – vocês vejam como é que a vida, não é? Em dez minutos eu recebi, de pessoas que estão assistindo aqui a Sessão – um abraço para todo mundo que está me vendo –, pelo menos três denúncias que foram feitas contra o Governo Federal e não comprovadas. Não foram comprovadas, portanto, não merecem da nossa parte um relato mais profundo, até porque não foram comprovadas, mas foram feitas. O que quero dizer com isso, Deputado Arilson? Que a vida pública é assim. Em relação à Fapec, surgiu a denúncia, está sendo apurado; por parte do Estado, foi esclarecido ao Tribunal de Contas totalmente, a CGE está fazendo um pente-fino em todos os contratos. Só quero falar a todos os colegas que estão aqui, Sr. Presidente, que essa empresa

também atende ao Instituto Brasileiro de Formação, Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência do Governo Federal. Ela atende o Governo Federal também, gente! Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade de Brasília, Companhia de Gás do Mato Grosso... Não é preciso dizer para vocês... Agora, é óbvio, Marcelo Rangel, cada contrato é um contrato. É óbvio! Mas, quero dizer o seguinte para vocês, quero olhar no olho de cada Deputado e dizer aqui agora: Quando foi que esta Liderança que está aqui recusou alguma informação, algum requerimento, alguma solicitação? Porque o nosso Governo Ratinho Junior preza pela transparência. Todas as solicitações que aqui foram feitas estão sendo respondidas, já foram respondidas e assim será, porque nós prezamos pela transparência, em respeito ao papel do Parlamentar. Não importa o assunto que seja, todos os assuntos terão resposta nesta Casa. Senhor Presidente e demais colegas, Deputado Renato, tenho um profundo respeito por V.Ex.^a, mas acho que V.Ex.^a deveria, como conselho, revisar parte do seu pronunciamento, quando o senhor afirma que o Governador autoriza... O Governador autoriza os policiais a matarem pessoas. O senhor não deve lembrar disso – talvez no calor do seu discurso –, o Governador não autoriza. O Governador autoriza a contratação de policiais que, segundo a hierarquia da Polícia, obedecem a um comando e, vez por outra, algum policial pode cometer abuso – e nesse caso pode ter acontecido. Esses policiais vão responder com os rigores da lei. Então, só quero deixar claro isso aqui, porque é meu papel fazer isto que estou fazendo aqui, porque senão fica mal explicada essa situação. Todos os inquéritos estão sendo apurados, o caso de Londrina tem apuração paralela também do Ministério Público e não vai ficar pedra sobre pedra. É um caso comovente? É! É triste de ver a família? É! Mas é um dever, é uma obrigação do Estado e o Estado vai tomar todas as providências, com o acompanhamento do Ministério Público e, conversei com o Secretário Hudson, doa a quem doer. Se restar comprovado, ao final do inquérito... Até porque, se você não terminar o inquérito, você não pode provar nada! Então, é o devido processo legal. O senhor pode me cobrar, que vai ser feito assim. Pessoal, é o seguinte: quero também dizer a vocês que o Governo publicou ontem o edital que altera o regime de trabalho dos professores da rede

estadual de ensino. A famosa dobra de padrão, Deputada Cloara, vai possibilitar que 2 mil professores ampliem suas jornadas de 20 para 40 horas. Fantástico isso! É uma aspiração antiga dos nossos professores. Também quero informar que o Governador, no dia de hoje, em um evento muito prestigiado, tivemos a liberação de 159 milhões para investimentos nos municípios em cultura e esporte, para atender a infância. O mínimo é de R\$ 250,00 por município... R\$ 250 mil! Muito obrigado pela correção. E também, esse grande projeto do Secretário Carboni prevê outra questão importante, Projeto *Bons Olhos do Paraná*. Acho que esse Projeto é muito importante – acuidade visual – e vai beneficiar crianças da rede pública, de 93 municípios com Índice de Desenvolvimento Humano baixo. Ele estará voltado à prevenção da cegueira infantil e baixa visão. Sessenta e sete mil consultas e exames oftalmológicos, mais a distribuição, em um primeiro momento, Deputada Márcia, de 10 mil e 900 óculos. Um Projeto fantástico, mostrando que o Governo Ratinho Junior cuida das grandes obras. O Governo Ratinho Júnior cuida do Porto de Paranaguá, cuida das trincheiras, cuida das obras, mas também cuida do ser humano. Se não, vejamos as nossas escolas em primeiro lugar na educação, a melhor merenda escolar com três refeições por período, investimentos tecnológicos – e quero anunciar aqui, agora, a pedido da nossa base que está aqui hoje: o Governo está ampliando a aquisição de *notebooks* e *chromebooks* para as escolas municipais. Vejam vocês que fantástico! Em um primeiro momento, o Governador vai destinar, em parceria com a Assembleia, Deputado Alexandre Curi, recursos importantes para aquisição desses *chromebooks* e *notebooks*, R\$ 53 milhões. Então é isso que quero dizer e quero só deixar uma saudação a todos. Deputado Arilson, o que for preciso de informação o senhor conte comigo. O senhor faz uma oposição respeitosa, séria, tem o meu respeito, e o senhor está no seu papel.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Doutor Leonidas (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Richembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhner (UNIÃO) (**53 Parlamentares**); **Deputados ausentes com justificativa:** Requião Filho (PT) (Req. 0487 - Art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno) (**1 Parlamentar**).]

Projetos regulamente protocoladas pelos Senhores Deputados.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Fabio Oliveira (**autuado sob o n.º 181/2025**) que altera a Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores; **Projeto de Decreto Legislativo** da Comissão Executiva (**autuado sob o n.º 2/2025**) que autoriza o Governador a se ausentar do País no período de 7 de abril de 2025 a 22 de abril de 2025.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos cinco Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 896/2023, de autoria do Deputado Anibelli Neto e do Deputado Evandro Araújo, que declara a Data Magna do Estado do Paraná no dia 15 de novembro, dedicado a Nossa Senhora do Rocio, Padroeira do Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 243/2024, de autoria da Deputada Marli Paulino, que insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a ExpoCamp.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 594/2024, de autoria do Deputado Bazana, que concede o título de utilidade pública à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Morretes, com sede no município de Morretes.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 785/2024, de autoria do Deputado Douglas Fabrício e da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de utilidade pública à Cáritas Diocesana de Campo Mourão. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 788/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 91/2024, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

Os Itens 6 e 7 faremos votação agrupada, por tratarem de matérias similares.

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 64/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 7/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência dos trechos rodoviários que especifica ao município de Boa Vista da Aparecida. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 7 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 87/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 8/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao município de Contenda. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Como votam o Deputado Mauro Moraes e a Deputada Luciana Rafagnin? Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Thiago Buhner (43 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Denian Couto, Luciana Rafagnin, Marli Paulino, Requião Filho, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

Os Itens 8 e 9 também faremos votação agrupada, por tratarem de matérias similares.

ITEM 8 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 131/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 16/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao município de Salgado Filho. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 9 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 132/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 17/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao município de Sengés. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputada Mara Lima.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Só para comunicar que a Comissão da Mulher terá uma reunião logo após a Sessão, na sala Deputado Arnaldo Busato. Por gentileza, Deputados, fiquem atentos. Obrigada.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, aproveitando enquanto o sistema de votação está em andamento, registrar aqui na tribuna de honra a presença do Prefeito de Santana do Itararé, o Calé.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (44 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Luiz Fernando Guerra, Marli Paulino, Mauro Moraes, Requião Filho e Samuel Dantas (10 Deputados).]* Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 10 – 1.º Turno do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1/2025, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 9.086, que altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Esta Presidência anuncia a presença do Prefeito de Pinhal de São Bento, Sr. Paulo Falcade, do Vice-Prefeito, Paulo Sérgio da Silva, e do Vereador Itacir Eufrasio Santos, por solicitação do Deputado Adão Litro; do Vice-Prefeito de Marialva, Sr. Wanderley Moraes, e da Secretária de Assistência Social, Sr.^a Edilaine Moraes, por solicitação do Deputado Evandro e do Deputado Jacovós. Agradecer a

presença do Vereador de Enéas Marques, o Sr. Pedro da Rosa, por solicitação do Deputado Gugu Bueno; da Prefeita de Astorga, Sr.^a Suzie; do Vereador de Paraíso do Norte, Sr. Jaime; e dos Vereadores de São Carlos do Ivaí, Sr.^s Dom e Pedrinho do Baggio, por solicitação da Deputada Maria Victoria. Como votam os Deputados Moacyr Fadel, Renato Freitas, Wilmar Reichembach, Paulo Gomes e Mauro Moraes?

DEPUTADO ADÃO LITRO (PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Adão.

DEPUTADO ADÃO LITRO (PSD): Gostaria de registrar a presença do Vereador Breno Henrique, de Céu Azul, e de sua esposa, Ketlyn.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (49 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Cobra Repórter, Luiz Claudio Romanelli, Moacyr Fadel e Requião Filho (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n.º 1/2025.**

ITEM 11 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 104/2024, de autoria do Deputado Ricardo Arruda, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Angelman, a ser celebrado anualmente no dia 15 de fevereiro. Parecer

favorável da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Gostaria de informar e comunicar aos Sr.^s Deputados que pertencem à CCJ que teremos uma Sessão Ordinária amanhã, às 8h20 da manhã, com encerramento previsto às 9h20, até porque na sequência terá a reunião de finanças. Então, Sr.^s Deputados, às 8h20 da manhã, reunião da CCJ.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como vota a Deputada Maria Victoria?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”, eu peço aos Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Gugu, como vota? Deputado Ney Leprevost? Como votam os Deputados Tito Barichello, Flávia e Fabio Oliveira? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana**

*Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (49 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Mauro Moraes e Requião Filho (5 Deputados).]* Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 104/2024.**

ITEM 12 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 732/2024, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede o título de utilidade pública à Associação de Mães, Pais e Amigos de Pessoas com Autismo de Paçandu, com sede no município de Paçandu. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr

Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (48 Deputados); Não Votaram: Adão Litro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter e Requião Filho (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 732/2024. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável do Deputado Arilson Chiorato.)**

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “*sim*”. Registre o meu voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Arilson.

ITEM 13 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 24/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Lanterna Luminosa - ILL, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queria discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Estamos junto com a Lanterna Luminosa, voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Os colegas que ainda não votaram, a gentileza de votarem, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del.*

*Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (49 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Cobra Repórter, Matheus Vermelho, Requião Filho e Thiago Buhner (5 Deputados).]* Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 24/2025.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 549/2025, do Deputado Alexandre Curi, solicitando dispensa de Redação Final do Projeto de Lei n.º 24/2025. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 554/2025, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o envio de expediente à Il.^{ma} Coordenadora Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/PR, S^{ra}. Claudia Silvano, conforme especifica. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 543/2025, dos Deputados Luciana Rafagnin, Ana Júlia, Arilson Chiorato, Renato Freitas, Professor Lemos e Doutor Antenor, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento de Regina Celia Zanchi, ocorrido no dia 25 de março de 2025; **Requerimento n.º 544/2025**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família

pelo falecimento do Ex-Vereador de Curitiba, Sr. Ivan Ribas; **Requerimentos n.ºs 546 e 547/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações: aos profissionais e instituições de saúde no Paraná, pelos relevantes serviços prestados na promoção da saúde da população paranaense e por ocasião do Dia Mundial da Saúde, celebrado em de abril; à Sociedade Rural do Paraná, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área do agronegócio e pela realização da 63.^a Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina; **Requerimento n.º 558/2025**, do Deputado Paulo Gomes, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. José Sirte Alves Ribeiro, irmão do Deputado Gilberto Ribeiro, ocorrido no dia 27 de março de 2025.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 545/2025**, dos Deputados Tercílio Turini e Alexandre Curi, requerendo a inclusão do Deputado Alexandre Curi como proponente das homenagens constantes no Requerimento n.º 531/2025; **Requerimento n.º 548/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, requerendo a inversão na indicação dos membros titulares e membros suplentes do Bloco PT/PDT na Comissão de Finanças e Tributação: Deputada Ana Júlia como membro titular e Renato Freitas como membro suplente da referida Comissão; **Requerimento n.º 553/2025**, dos Deputados Maria Victória, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Hussein Bakri, Luiz Cláudio Romanelli, requerem a inclusão do Deputado Luiz Claudio Romanelli como coautor do Projeto de Lei n.º 119/2023.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 550/2025** da Deputada Márcia Huçulak, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de março de 2025; **Requerimento n.º 556/2025**, do Deputado Professor Lemos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de março de 2025; **Requerimento n.º 557/2025**, do Deputado

Professor Lemos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 31 de março de 2025.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 551/2025**, do Deputado Goura, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 31 de março de 2025; **Requerimento n.º 552/2025**, do Deputado Denian Couto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 10 de março de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro de Estado): **Requerimento n.º 555/2025** do Deputado Professor Lemos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 10 de março de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, às 9h30, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 104/2024, 732/2024, 64/2025 e 87/2025; 2.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 1/2025, dos Projetos de Lei n.ºs 89/2025, 131/2025 e 132/2025 e do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1/2025; 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 159/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 519/2024, 750/2024 e 22/2025 e do Projeto de Decreto Legislativo n.º 2/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h15, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)